

## DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1977-1978)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE ABRIL DE 1978

Presidente: Exmo. Sr. Vasco da Gama Fernandes  
 Secretários: Exmos. Srs. Alfredo Pinto da Silva.  
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.  
 Maria José Paulo Sampaio.  
 José Manuel Mala Nunes de Almeida.

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 40 minutos.

Antes da ordem do dia. - O Sr. Presidente assinalou a passagem do 47.º aniversário da revolta da Madeira, no que foi, depois, acompanhado pelos Srs. Deputados Olívio França (PSD), Raul Rego (PS), Carlos Brito (PCP) e Acácio Barreiros (UDP).

O Sr. Presidente deu conta também de uma sua diligência junto da Direcção-Geral da Contabilidade Pública sobre as pensões às famílias de antifascistas.

**Ordem do dia.** - Prosseguiu o debate na generalidade sobre as propostas de lei relativas ao Orçamento Geral do Estado e ao Plano para 1978, com intervenções dos Srs. Deputados Carlos Carvalhas (PCP), Furtado Fernandes (PSD), Mendes Godinho (PS), Simões de Aguiar (PSD), Vital Rodrigues (Indep.), Carlos Robalo (CDS), António Rebelo de Sousa (PSD), Alda Nogueira (PCP), Lino Neto (PS) e Carvalho Cardoso (CDS) e do Sr. Secretário de Estado do Orçamento (Alberto Ramalheira).

Usaram ainda da palavra, a diverso titulo, designadamente para pedidos de esclarecimento e protestos ou para dar explicações, além do Sr. Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro (Almeida Santos), os Srs. Deputados António Guterres (PS), Carlos Robalo (CDS), Veiga de Oliveira (PCP), Carlos Brito (PCP), Magalhães Mota (PSD), Sérgio Simões (PS), Monteiro de Andrade (PSD), Ângelo Correia (PSD), António Rebelo de Sousa (PSD), Simões de Aguiar (PSD), Amaro da Costa (CDS), Dieter Dellinger (PS) e Carlos Carvalhas (PCP), respondendo-lhes os oradores interpelados.

O Sr. Presidente deu conhecimento da apresentação do projecto de lei n.º 111/I, relativo aos serviços de apoio do Conselho de Imprensa.

A sessão foi encerrada às 19 horas e 55 minutos.

O Sr. Simões de Aguiar (PSD): -Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

I - Considerando a estrutura do nosso comércio externo, ou melhor, a composição das nossas importações, qualquer medida restritiva neste campo terá necessariamente de incidir sobre matérias-primas indispensáveis ao normal funcionamento da actividade industrial e sobre bens de investimento, uma vez que:

Um terço das nossas compras ao estrangeiro recaem sobre produtos agrícolas ou de natureza agrícola indispensáveis à satisfação das necessidades fundamentais da população portuguesa;

Dois terços das nossas importações englobam fundamentalmente matérias-primas e bens de investimento.

Surge assim, e naturalmente, a primeira pergunta:

i) Que medidas restritivas o Governo pretende adoptar e qual o critério ou critérios que pretende seguir? Continuará o Governo no campo da organização desorganizada dos boletins de registo de importação?

H) Terá o Governo adoptado as medidas indispensáveis à aceitação por parte dos países integrados em organizações internacionais

de carácter económico de que Portugal também faz parte?

Não haverá a hipótese ou o perigo da tomada, por parte daqueles países, de medidas de retaliação sobre a entrada dos nossos produtos? O que aconteceria às nossas exportações tradicionais, designadamente têxteis, conservas, concentrado de tomate, vinho do Porto, se tal se viesse a verificar?

2 - Mas, caindo o Governo na simples e fácil tentação - sempre infeliz! - de restringir as importações de matérias-primas e bens de equipamento,...

Voz do PSD:- Muito bem!

O Orador: - ... terá ele próprio previsto os efeitos francamente nefastos que não deixarão de se fazer sentir no volume de produção e no nível de emprego.

Porque, Sr. Ministro, não tenhamos ilusões, restrições às importações de matérias-primas e bens de equipamento lançarão na falência largas dezenas de pequenas e médias empresas, já hoje a braços com graves crises financeiras. Se adicionarmos este grupo de medidas àquele que se orienta para a restrição drástica do crédito -e tudo parece indicar que é para aqui que o Governo se orienta -, então, Sr. Ministro, permita-me que afirme agora que centenas e centenas de empresas serão obrigadas a fechar as portas.

**Que medidas de apoio estão previstas e funcionarão melhor, ou funcionarão, o que já é diferente, com o chamado apoio às pequenas e médias empresas, PME?** Ou é mesmo a - falência e o encerramento de muitas pequenas e médias empresas, naturalmente empresas privadas, o objectivo do Governo PS/CDS?

Assim, como pensa o Governo cumprir o objectivo de expandir as exportações?

Através de um aumento da produtividade? Duvidamos, Sr. Ministro.

Pela desvalorização da moeda e, se assim for, em que ritmo?

Ou pela diminuição ou pelo sacrifício real e gravoso do poder de compra dos trabalhadores? Por que via opta ou optou o Governo?

3 - Por outro lado, Sr. Ministro, a entrada de Portugal no Mercado Comum, que aguardamos com ansiedade, seja qual for o seu estatuto especial, (dado o nosso estágio de desenvolvimento económico), não deixará, estamos certos, de conduzir a uma maior liberdade de entrada de produtos provenientes de países com técnicas avançadíssimas.

Logo, que medidas preconiza o Governo no sentido de evitar um aumento rápido das importações e, simultaneamente, o que vamos exportar? Quais os contratos de desenvolvimento das exportações até agora concretizados?

Vamos apenas exportar mão-de-obra?

E como concilia o Governo o objectivo de restrição de importações com esse objectivo nacional sujeito a regras bem definidas?

Enfim, Sr. Ministro, acredita mesmo, sincera e abertamente o Governo, na diminuição do saldo negativo da nossa balança comercial e, conseqüentemente, na resolução da grave situação da nossa balança de pagamentos?

Estas são algumas das perguntas que a bancada do Partido Social-Democrata pretende formular a V. Ex.<sup>a</sup> e que desejava ver respondidas, para nosso esclarecimento e fundamentalmente para esclarecimento do povo português.

Aplausos do PSD.